

Índice

Introdução	3
1 - Atividade desenvolvida	
1.1 - Auxílio prestado a pessoas idosas e com dificuldades de subsistência	6
1.2 - Habitação condigna e de renda económica	6
1.3 - Auxílio a pessoas portadoras de deficiência	12
1.4 - Apoio e colaboração com outras entidades no âmbito da promoção da solidariedade social	14
1.5 - Protocolo de Apoio - Mercearia Social Valor Humano.....	14
1.6 - Protocolo de Apoio - Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória...	16
2 - Conservação do património	18
3 - Contas do exercício	19
4 - Reuniões dos Corpos Gerentes	35
5 - Nota final	36

Introdução

Terminado o ano de 2021, cumpre ao Conselho de Administração da FAM – Fundação dos Armazenistas de Mercearia - fundação de natureza privada, reconhecida como IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social e devidamente registada no livro de registos das instituições particulares da segurança social, apresentar o Relatório de Gestão, através do qual apresenta o resultado da ação desenvolvida ao longo do ano.

2021 continuou fortemente condicionado pela evolução da situação pandémica, embora com impactos e resultados diversos daqueles que marcaram o ano transato. Do ponto de vista da saúde, destaca-se o sucesso da campanha nacional de vacinação, através da qual foi possível vacinar a quase totalidade da população – em 31 de dezembro de 2021 a taxa de vacinação da população, com o esquema vacinal completo contra a COVID-19, tinha ultrapassado os oitenta e nove por cento¹. Atualmente, aquela percentagem já ultrapassou os noventa e dois por cento (92,29%).

Em termos de capacidade de testagem à COVID-19, verificou-se igualmente, uma evolução extremamente positiva, destacando-se o facto de no passado dia 1 de fevereiro, Portugal ter ultrapassado os trinta e cinco milhões de testes. Por outro lado, e apesar da evolução crescente, ao longo do ano, dos casos confirmados de infeção, verificou-se uma evolução muito positiva do número de casos graves com necessidades urgentes de internamento em UCI – Unidades de Cuidados Intensivos nos hospitais. Neste âmbito registou-se uma diminuição de trezentos e trinta e sete internamentos em UCIs² em 31 de dezembro de 2021 face ao período homólogo de 2020, mantendo-se àquela data apenas 145 internamentos nas referidas unidades.

Tal realidade possibilitou uma “libertação” progressiva da generalidade das atividades económicas. Esta evolução, mostra-se consentânea com o incremento dos voos comerciais e dos movimentos de carga e de passageiros nos aeroportos nacionais, a qual refletiu uma melhoria significativa face ao ano anterior.

Em 2021, aterraram nos aeroportos nacionais mais trinta e dois por cento de aeronaves do que em 2020 (132, 3 mil), sendo igualmente movimentados cerca de mais trinta e dois por cento de passageiros (25,6 milhões). No que concerne ao movimento de carga e correio, verificou-se um aumento próximo dos trinta por cento, atingindo as 190,7 mil toneladas³.

¹ https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=OWID_WRL#

² COVID 19|Relatórios de Situação 31/12/2020 e 31/12/21, SNS, DGS

³ INE, Atividade dos Transportes, Estatísticas rápidas do transporte aéreo - dezembro de 2021

No que concerne ao crescimento económico, o Produto Interno Bruto cresceu a uma taxa próxima dos cinco por cento (4,8%) em 2021⁴, relevando-se a melhoria das suas principais componentes, nomeadamente o crescimento do consumo privado e público, a par da recuperação do investimento e das exportações.

Em termos de emprego e de acordo com dados do Banco de Portugal⁵, verificou-se uma diminuição da taxa de desemprego, terminando o ano com uma taxa de 6,6%.

No que concerne à evolução dos preços, verificamos uma tendência crescente ao longo do ano, o que se traduziu numa taxa de crescimento do Índice harmonizado dos preços do consumidor próxima de um por cento (0,9%), sendo particularmente agravada no que diz respeito ao crescimento dos preços dos bens energéticos, onde assistimos a um crescimento próximo dos oito por cento.

Importa também ter presente o elevado nível de endividamento da economia portuguesa, quer falemos do setor público, quer falemos do setor privado. Em dezembro de 2021 o total do endividamento do setor não financeiro (público e privado) era de 768.099,17 milhões de euros, quando em dezembro de 2020 era de 751.173,36 milhões de euros, representando um crescimento do nível de endividamento de 16.925,81 milhões de euros no espaço de um ano.

O nível de endividamento do setor público (administrações públicas e empresas públicas) aumentou 2,7 mil milhões de euros, para 344,1 mil milhões de euros, representando, 162,8% do PIB. Relativamente ao endividamento do setor privado não financeiro (empresas privadas e particulares), o mesmo era de 424 milhões de euros, representando 200,5% do PIB em 2021.

Importa ainda ter presente que em dezembro de 2021 a dívida dos particulares era de 147.981,29 milhões de euros. Este crescimento, revela também um aumento das dificuldades de uma parte significativa da população, razão pela qual a ação desenvolvida pela fundação continuará a revelar-se de uma extrema importância, nomeadamente pelo apoio que presta diretamente a mais de uma centena e meia de famílias de modestos recursos económicos.

A FAM tem mantido o apoio à população de menores recursos, através da ação desenvolvida ao nível quer da habitação de renda económica, quer através do apoio alimentar a agregados familiares carenciados, bem como através de outras ações igualmente relevantes nesta área.

As casas de renda económica da FAM constituem um importante meio de apoio às famílias de menores recursos económicos e em especial em períodos em períodos difíceis como os atuais. De igual forma, o apoio que a FAM presta a determinadas obras de cariz social nomeadamente à Mercearia Social Valor Humano, em Lisboa e ao Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Vitória, no Porto, constitui uma vertente importantíssima da ação desenvolvida.

4 Banco de Portugal, BE dez. 2021

5 idem

Ao longo do ano realizaram-se diversas reuniões dos corpos sociais, num contexto ainda condicionado pela evolução da pandemia – cumprindo as normas emanadas pela DGS – Direção Geral de Saúde por forma a prevenir qualquer exposição desnecessária ao vírus COVID-19, que colocasse em risco por um lado a continuidade da atividade desenvolvida e por outro a sua gestão interna.

Com as medidas adotadas no plano interno, foi possível continuar a desenvolver uma intensa ação de solidariedade social, dando dessa forma um importante contributo a inúmeras famílias de modestos recursos económicos.

A FAM continuou, como habitualmente, a desenvolver a sua atividade sem qualquer apoio do estado, contando para o efeito apenas com os seus recursos económicos, bem como com a boa vontade dos elementos que constituem os seus corpos sociais, os quais, como sempre, desenvolvem a sua ação sem qualquer tipo de remuneração seja de que natureza for, ajudando assim a Fundação de uma forma puramente altruísta a ajudar quem mais precisa.

Uma última palavra de agradecimento a todos os membros dos corpos sociais, os quais mantiveram um estreita colaboração com o Conselho de Administração, contribuindo dessa forma para o êxito geral da ação desenvolvida ao longo do ano.

De seguida apresentamos um breve resumo das principais atividades desenvolvidas ao longo ano de 2021.

1– Atividade desenvolvida

1.1 – Auxílio prestado a pessoas idosas e com problemas de saúde e dificuldades de subsistência

Pelo segundo ano em que a pandemia continuou a condicionar a evolução da atividade económica e a generalidade da vida das pessoas, a FAM continuou a apoiar pessoas idosas a viver com dificuldades, nomeadamente económicas. Nesse âmbito, a FAM apoiou ao longo do ano um conjunto pessoas que se encontravam nessas circunstâncias, através da concessão de um apoio regular de base mensal.

Em 2021, foram cinco, o número total de pessoas apoiadas, as quais como se referiu, receberam um donativo monetário de base mensal. Este apoio representou um total de trinta mil e quinhentos e cinquenta euros. É intenção do Conselho de Administração da Fundação, vir a alargar o número de pessoas abrangidas por esta medida, a qual representa nestes casos uma forma de garantir condições de vivência com dignidade.

Tal alargamento dependerá da evolução futura das receitas da Fundação, as quais, como já se referiu, não proveem de qualquer apoio do estado ou de outras entidades.

1.2 – Habitação condigna e de renda económica

As casas de renda económica, propriedade da fundação, continuam a constituir um pilar essencial no que concerne ao apoio que por esta via é prestado a mais de uma centena e meia de famílias de modestos recursos económicos.

Neste sentido, a Fundação tem procurado manter ao longo dos anos uma política de arrendamento económico que engloba a totalidade das casas de que é proprietária em Lisboa quer no Porto. Tendo presente por um lado a atual escassez deste tipo de arrendamento (com carácter económico) e por outro os valores elevadíssimos das rendas praticadas no mercado de arrendamento de renda livre/de mercado nestas duas cidades, e ainda o facto de que a venda de imóveis se encontrar praticamente inacessível às pessoas de menor poder de compra, as casas de renda económica da fundação continuam a constituir uma alternativa (na maior parte dos casos talvez mesmo a única) possibilidade de acesso a uma habitação por parte de inúmeras famílias de menores recursos.

Em 2021, foram atribuídas quatro casas de renda económica no bairro de Alvalade, em Lisboa e uma no Bairro de Ramalde, no Porto na sequência da realização dos competentes

concursos públicos para atribuição de casas de renda económica, tal como vem sendo habitual ao longo dos anos.

Importa realçar que todas estas atribuições de casa de renda económica pela Fundação foram precedidas da realização de um concurso público amplamente divulgado e onde qualquer pessoa se pôde candidatar, bastando para o efeito preencher e remeter o respetivo boletim de inscrição para os serviços da Fundação.

Apresentamos de seguida, um breve resumo dos valores de rendas praticadas pela Fundação em 2021, em função da tipologia das habitações do seu parque habitacional totalmente afeto, como já se referiu, à atribuição de habitação de renda económica:

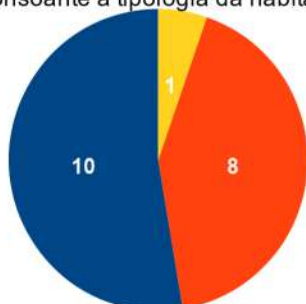
LISBOA:

Total – 91 apartamentos

	Até 25 €	De 25 a 100 €	Superior a 100 € *
Apartamentos c/4 Assoalhadas	10	15	29
Apartamentos c/5 Assoalhadas	8	2	11
Apartamentos c/6 Assoalhadas	1	0	15

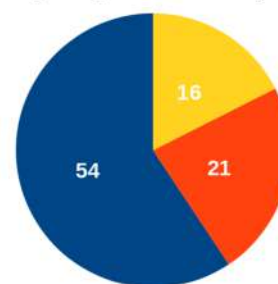
* Nota: A renda máxima praticada é de € 400,00

Rendas até € 25,00
Consoante a tipologia da habitação



■ Apartamentos c/4 Assoalhadas ■ Apartamentos c/5 Assoalhadas ■ Apartamentos c/6 Assoalhadas

Tipologia de habitação



■ Apartamentos c/4 Assoalhadas ■ Apartamentos c/5 Assoalhadas
■ Apartamentos c/6 Assoalhadas

PORTO:

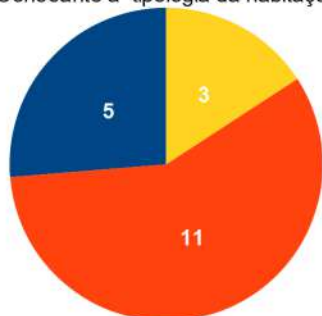
Total – 58 habitações das quais 46 são moradias e 12 são apartamentos

	Até 25 €	De 25 a 100 €	superior a 100 € *
Moradias c/2 Pisos	5	5	15
Moradias c/3 Pisos	11	0	10
Apartamentos c/3 Assoalhadas	3	2	7

* Nota: A renda máxima praticada é de € 300,00

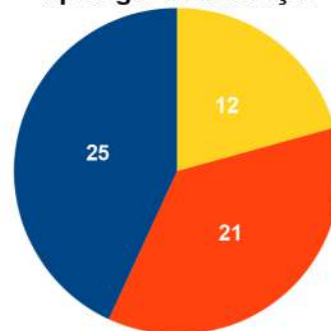
Rendas até € 25,00

Consoante a tipologia da habitação



■ Moradias c/2 Pisos ■ Moradias c/3 Pisos ■ Apartamentos c/3 Assoalhadas

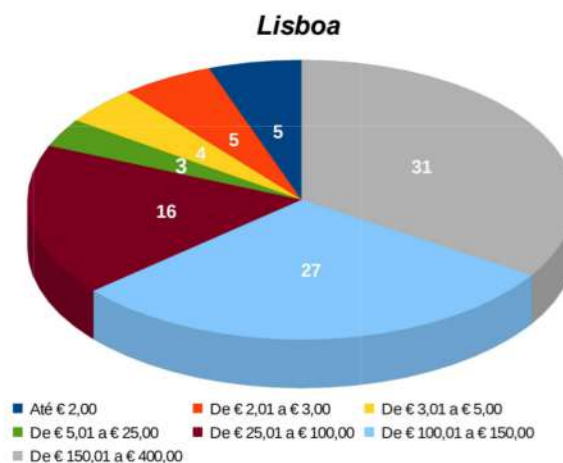
Tipologia de habitação



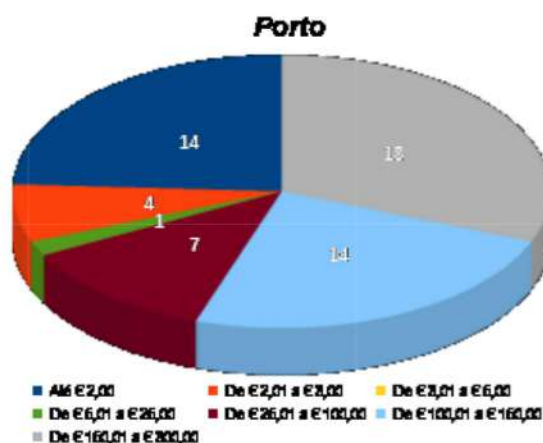
■ Moradias c/2 Pisos ■ Moradias c/3 Pisos ■ Apartamentos c/3 Assoalhadas

Rendas praticadas pela FAM em 31 de dezembro 2021

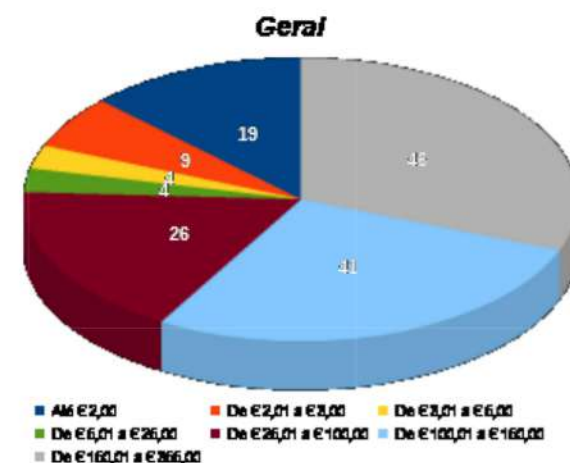
- LISBOA		
<i>Rendas:</i>		
Até € 2,00	n.º	%
De € 2,01 a € 3,00	5	5,48
De € 3,01 a € 5,00	5	5,48
De € 5,01 a € 25,00	4	4,38
De € 25,01 a € 100,00	3	3,38
De € 100,01 a € 150,00	16	17,57
De € 150,01 a € 400,00	27	29,66
	91	100



- PORTO		
<i>Rendas:</i>		
Até € 2,00	n.º	%
De € 2,01 a € 3,00	14	24,14
De € 3,01 a € 5,00	4	6,90
De € 5,01 a € 25,00	0	0,00
De € 25,01 a € 100,00	1	1,72
De € 100,01 a € 150,00	7	12,07
De € 150,01 a € 300,00	14	24,14
	58	100



- GERAL		
<i>Rendas:</i>		
Até € 2,00	n.º	%
De € 2,01 a € 3,00	19	12,75
De € 3,01 a € 5,00	9	6,05
De € 5,01 a € 25,00	4	2,69
De € 25,01 a € 100,00	4	2,69
De € 100,01 a € 150,00	23	15,43
De € 150,01 a € 400,00	41	27,51
	49	32,88
	149	100



Em 2021 cerca de **19% das rendas praticadas pela Fundação não ultrapassavam o valor unitário de três euros (3 €)**. Como é facilmente demonstrável, tais valores de renda encontram-se completamente desfasados da realidade atual, mesmo tratando-se de rendas económicas e são incompatíveis com os gastos necessários com a manutenção e conservação que estas habitações envolvem.

Em 31 de Dezembro de 2021 cerca de 69% das rendas praticadas pela Fundação não excediam o valor unitário de cento e cinquenta euros (150 €).

Em Lisboa, cerca de 19% das rendas recebidas não ultrapassavam os 25 €, enquanto que no Porto essa percentagem era superior 33%. Esta realidade demonstra bem o enorme desfasamento da generalidade das rendas praticadas pela Fundação no seu parque habitacional de renda económica, exigindo por essa razão um esforço enorme e intenso na gestão dos poucos recursos da Fundação.

Tal desfasamento entre receitas e despesas, reflete-se na capacidade de a Fundação proceder todos os anos, à execução de todas as obras de conservação necessárias, tendo em conta que o património tem mais de sessenta anos.

Não obstante tais dificuldades, nomeadamente o nível baixíssimo da receita gerada, a Fundação continuou a executar inúmeras obras de recuperação de habitações como veremos mais adiante no ponto 2 – Conservação do Património – do presente relatório.

Tal realidade pressupõe a necessidade de ir procedendo paulatinamente à atualização dos valores de renda praticados, através da aplicação nos novos contratos de arrendamento de valores de renda que permitam, por um lado, manter uma gestão equilibrada do bem extremamente valioso que representa uma habitação para acolher estes agregados familiares de modestos recursos e, por outro, os gastos envolvidos os com as obras que garantam o necessário conforto em termos de habitabilidade, sendo certo que desse equilíbrio não resultará um valor de renda que não seja efetivamente económico, tendo em conta quer a tipologia das habitações em causa, quer a sua localização – em pleno centro das cidades – Lisboa e Porto.

e também por forma a poder-se continuar a disponibilizar habitações em plenas gradual dos valores de renda praticados através dos novos contratos de arrendamento, por forma a que se possa equilibrar a relação entre as receitas das rendas – que continuarão a ser baseadas em valores extremamente económicos e facilmente suportáveis pelos agregados familiares de menores recursos económicos - e os custos com a manutenção e conservação inerentes.

É de realçar que apesar das atualizações dos valores de renda, aplicáveis apenas aos casos de novos contratos de arrendamento, tais valores não ultrapassam os quatrocentos euros referente às habitações com seis assoalhadas - situadas no bairro de Alvalade na Avenida Rio de Janeiro, em pleno centro da cidade de Lisboa, sendo que nas habitações mais pequenas, com três assoalhadas, esses valores não vão além dos duzentos euros.

Importa continuar a ter presente os resultados do estudo promovido pelo Diário de Notícias, em 2017, o qual constatou que o valor de renda médio naquela altura era de 9,67€ por metro quadrado na freguesia de Alvalade em Lisboa e de 6,87€ por metro quadrado na freguesia de Ramalde, no Porto, zonas onde se encontram implantados os prédios da Fundação. Os apartamentos mais pequenos que a Fundação tem em Lisboa têm de área 75 metros quadrados e de 63 metros quadrados no Porto. Daqui resulta que o valor de renda média de mercado para Lisboa equivaleria a setecentos e vinte e cinco euros para Lisboa e de quatrocentos e trinta euros para o Porto, valores em nada comparáveis com aqueles que a Fundação pratica, tendo em conta a área dos apartamentos, sendo que os apartamentos maiores de Lisboa têm uma área de cento e catorze metros quadrados e de cento e dez metros quadrados no Porto.

Chama-se no entanto a atenção para o facto de que não obstante os resultados do referido estudo, na realidade, continua hoje, volvidos mais de cinco anos da realização do referido estudo, a ser praticamente impossível arranjar disponíveis apartamentos com aquelas tipologias, nas zonas centrais de Lisboa e do Porto, para arrendar por aqueles valores. Para tal constatação, basta pesquisar os anúncios de arrendamentos publicados atualmente para confirmar com uma clareza mediana esta realidade.

Esta realidade traduz a extrema importância da disponibilização por parte da Fundação de habitações com rendas económica às famílias de menores recursos, realçando o facto de que estas famílias teriam enormes dificuldades em encontrar uma habitação com características semelhantes às disponibilizadas pela FAM no mercado de arrendamento livre de Lisboa e Porto em virtude dos valores de renda proibitivos aplicados nessas zonas.

1.3 – Auxílio a pessoas portadoras de deficiência

Em 2021 a FAM continuou a apoiar a ação desenvolvida pelo CRPG - Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, na sequência do trabalho realizado ao longo dos últimos anos, nomeadamente através da cedência da utilização a título gratuito das suas instalações da Colónia de Férias da Aguda, através do protocolo estabelecido em 1995 com aquele centro, para o efeito.

As instalações cedidas pela Fundação, situadas na Aguda, têm vindo a desempenhar um papel fundamental no quadro das atividades do Centro, naquilo que se refere às atividades ali desenvolvidas e que em concreto se traduzem na reabilitação de pessoas com deficiências e incapacidades várias, centrando-se as suas atividades em torno de três eixos: alojamento de utentes, desenvolvimento de ações de formação profissional e atividades de formação e de dinamização do clima organizacional.

A Fundação tem vindo a manter ao longo dos últimos anos as condições de utilização daquele espaço por parte do centro, para que seja possível o desenvolvimento das habituais atividades consideradas de enorme valor social.

Importa ainda realçar que o apoio prestado pelo, é realizado com pessoas que apresentam diversos graus de incapacidade, nomeadamente ao nível físico e psicológico, e tem como objetivos ajudar à sua reinserção social, nomeadamente no mercado de trabalho.

As instalações da Colónia dispõem de condições de alojamento dos utentes que ali frequentam as ações de formação profissional e dos serviços de reabilitação. Em 2021, devido à evolução da pandemia por COVID-19, o alojamento esteve encerrado.

Em 2021, o centro realizou as seguintes ações de formação profissional – Operador de Jardinagem; Empregado de Andares; Formação para a Vida Ativa e Profissional, Profissional de apoio de manutenção, limpeza e jardins, horticultura e arte floral, e Horticultura, as quais envolveram cerca de setenta e três utentes.

No quadro seguinte podemos analisar a atividade formativa realizada pelo CRPG nessas instalações ao longo do último triênio:

Ações de formação profissional	2019		2020		2021	
	N.º de clientes	Horas de formação	N.º de clientes	Horas de formação	N.º de clientes	Horas de formação
Operador de Jardinagem	23	16.901	8	7.999	8	3.798
Empregado de Andares	24	21.413	8	6.997	20	6.606
Formação para a Vida Ativa e Profissional	22	14.602	21	11.576	8	3.208
Empregado de Mesa	6	5.847	-	-	-	-
Profissional de apoio de manutenção, limpeza e jardins	-	-	-	-	13	2.453
Horticultura e arte floral	-	-	-	-	12	2.932
horticultura	-	-	-	-	12	430
Total	73	58.763	37	26.572	73	19.427

Foram também organizadas sessões de trabalho coletivas, envolvendo colaboradores do CRPG, no âmbito da formação permanente dos seus recursos humanos.

A atividade desenvolvida nas instalações da Aguda caracteriza-se ainda pelos seguintes indicadores e resultados:

Descrição	2019	2020	2021
Índice de satisfação - clientes da formação profissional	81	84	85
Colaboradores a desenvolver atividade na Aguda	30	28	35
<i>Em permanência</i>	7	7	7
<i>De forma pontual</i>	23	21	28

- **Principais resultados operacionais do Centro nos últimos 3 anos**

Indicadores	2019	2020	2021
• N.º de clientes atendidos	2.618	2.450	2.433
• Volume de horas de formação	201.125	118.157	146.892
• Taxa de inclusão ativa	74%	79%	69%
• Grau de satisfação dos clientes (1)	87	90	89
• N.º de colaboradores do Centro (31 dez.)	100	111	111
• Valor do orçamento anual	5.167.229€	5.012.128€	5.068.528€
• N.º de clientes - prescrição de produtos de apoio	393	325	408
• N.º de clientes - fornecimento de produtos de apoio	352	285	249

- **Intervenções realizadas nas instalações**

Em 2021, o centro assegurou as intervenções habituais no âmbito da conservação corrente de equipamentos e instalações.

1.4 – Apoio e colaboração com outras entidades no âmbito da promoção da solidariedade social

Em 2021 a Fundação manteve o apoio a outras entidades cuja atividade se desenvolve noutras áreas de solidariedade social e de natureza complementar à atividade desenvolvida pela própria Fundação. A associação ACREDITAR – Associação de pais e amigos de crianças com cancro e a Comunidade Vida e Paz são dois bons exemplos.

A associação - ACREDITAR - desenvolve a sua ação prestando apoio às famílias com crianças com problemas de saúde do foro oncológico, através da disponibilização de casas que detém em Lisboa, Porto e Coimbra e que servem de domicílio a estas famílias no âmbito das rotinas dos tratamentos que as respetivas crianças necessitam no âmbito da sua doença e que na maior parte dos casos envolve deslocações àquelas cidades para receber várias sessões de tratamento.

O apoio prestado à *ACREDITAR - Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro*, traduziu-se na atribuição um donativo monetário no valor de € 5.000,00 (cinco mil euros).

A *Comunidade Vida e Paz*, desenvolve a sua ação junto da população sem abrigo, de enorme relevo nos tempos atuais, considerada de enorme relevo social. Nesse sentido, também neste caso a fundação apoiou esta instituição através da atribuição de um donativo monetário no valor de setecentos e cinquenta euros.

A Fundação tem vindo ao longo dos últimos anos a apoiar estas instituições que considera desenvolverem um trabalho de enorme relevo social junto da população mais vulnerável e em especial nos tempos em que vivemos.

1.5 – Protocolo de Apoio – Mercearia Social Valor Humano

Em cinco de julho de 2018, a Fundação decidiu apoiar a ***Mercearia Social Valor Humano***, estabelecendo para o efeito um protocolo o qual visava prestar um apoio efetivo no âmbito alimentar às famílias carenciadas da freguesia de Santo António, em Lisboa, devidamente sinalizadas pelos técnicos de serviço social daquela junta de freguesia.

Em tempos difíceis como os atuais, onde o desemprego é um flagelo que atinge diretamente inúmeras famílias, esta iniciativa – Mercearia Social Valor Humano – permite prestar um apoio básico na vertente alimentar, assegurando-lhes o acesso a bens alimentares de primeira necessidade, designadamente os produtos de mercearia e produtos de higiene pessoal e artigos de puericultura, entre outros.

A Mercearia Social Valor Humano encontra-se instalada na Calçada Moinho de Vento, n.º 3 - 1169-114em Lisboa.

Durante o ano de 2021 a Fundação continuou a apoiar a Mercearia Social fornecendo mensalmente, de uma forma gratuita, um conjunto de produtos alimentares cujo valor médio se fixou por via do aludido protocolo entre os quatrocentos e os quinhentos euros. Este apoio representou um valor aproximado de seis mil euros.

Em 2021 verificou-se um acréscimo de cento e quarenta famílias que requereram o apoio da Mercearia Social, totalizando as novecentas e vinte famílias apoiadas durante o ano.



Mercearia Social Valor Humano, na Calçada Moinho de Vento, Lisboa



1.6 – Protocolo de Apoio – Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória

À semelhança do que foi concretizado em Lisboa através do protocolo de apoio assinado com a Mercearia Social Valor Humano, a Fundação estabeleceu idêntico protocolo com o **Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória (CSPNSV)** em trinta de novembro de 2018, o qual pretendeu dar resposta às dificuldades por que passam as famílias residentes no Centro Histórico do Porto, em especial crianças, adultos e idosos, que viviam, e ainda vivem, em situação de pobreza ou exclusão.

Desde a sua fundação, em 28 de maio de 1987, o CSPNSV desenvolve um intenso trabalho de apoio social à população carenciada da freguesia nas mais diversas vertentes como sejam creche, Jardim de infância, apoio a idosos e pessoas sem abrigo, entre outras.

O centro disponibiliza as seguintes respostas sociais à população:

- Creche (15 crianças dos 18 aos 36 meses)
- Jardim de Infância (22 crianças dos 3 anos aos 5 anos)
- Centros de Atividades de Extensão de Horário e Interrupções Letivas (20 crianças do 1º ciclo)
- CATL c/ Funcionamento Clássico (40 adolescentes e jovens do 2º e 3º ciclo)
- Centro de Convívio (14 séniores)
- Centro de Dia (25 séniores)
- Serviço de Apoio Domiciliário (15 agregados)
- ERPI- Estrutura Residencial para Idosos (10 idosas)
- Comunidade de Inserção para 40 pessoas em situação de Sem Abrigo
- Centro Comunitário (100 utilizadores) com Atividades de Férias para crianças e Jovens, Apoio Social, Gabinete de Psicologia, Apoio em Medicamentos, Banco de Vestuário, Cabaz Alimentar (28 agregados), Gabinete de Apoio ao Emprego, Educação não Formal e Animação Cultural
- Intervenção Comunitária com programas como uma Sala de Apoio ao Estudo (23 crianças no 1º ciclo), Programa "Todo Ouvidos" - Ouvir, Apoiar e Aconselhar Famílias; Programa E- Envelhecer hoje! - Pessoas com 60 anos ou mais; Grupo Fénix Intervenção junto de pessoas com comportamentos de risco; Passeios, Visitas e Convívios e o Vitória Market_ Mercado Social Mensal.

Em 2021 e no âmbito do protocolo estabelecido com o **CSPNSV**, a Fundação forneceu mensalmente um cabaz básico de produtos de mercearia para abastecimento mensal da

despensa da cozinha do centro com o objetivo de contribuir para o fornecimento diário de refeições à população que vive em situação de pobreza ou exclusão social.



O centro fornece diariamente quatrocentas e vinte e seis refeições.



Tendo em conta a situação pandémica, o centro passou a fornecer mais refeições ao domicílio, a pessoas idosas e pessoas mais vulneráveis.

Desde finais de 2019, o centro iniciou um novo projeto que visa tirar pessoas sem abrigo da rua, a quem passaram a dar um lugar para dormir, a possibilidade de tomar as refeições no centro a par de um acompanhamento pluridisciplinar. Este apoio tem sido fundamental para a confeção das refeições consumidas exclusivamente pela população sujeito das respostas sociais.



Em 2021 o apoio prestado pela Fundação, totalizou aproximadamente os seis mil euros, representando uma entrega mensal gratuita de produtos alimentares cujo valor médio oscilou entre os € 400,00 e € 500,00.

2 – Conservação do património

Uma das preocupações da fundação é o de manter em perfeitas condições de conservação o seu património e em especial o habitacional, na medida em que é através desde que se concretiza uma das mais importantes ações da FAM. Tal património habitacional é constituído por mais de uma centena e meia de fogos, os quais se encontram totalmente afetos ao prosseguimento dos fins estatutariamente previstos, nomeadamente a disponibilização arrendamento de valor económico à população de menores recursos.

Neste sentido e como vem sendo habitual, a Fundação dedicou ao longo do ano uma enorme atenção às questões ligadas à conservação do seu património habitacional por forma a possibilitar o total cumprimento do trabalho desenvolvido nesta área, como tem feito ao longo dos anos.

Tendo em conta que o referido património tem mais de sessenta anos desde a sua edificação, é necessário proceder todos os anos a inúmeras obras de conservação, umas de maior envergadura, como por exemplo a recuperação integral dos apartamentos que se encontram vagos e outras de natureza pontual, como reparações de canalizações, desentupimentos de fossas, entre outras.

Ao longo do ano de 2020, a Fundação procedeu à recuperação de duas habitações, uma em Lisboa e outra no Porto. Manteve-se igualmente a limpeza geral dos logradouros dos prédios de Lisboa, a par de inúmeras outras obras, que ao longo do ano foram sendo executadas

As citadas obras de recuperação envolvem trabalhos de substituição das instalações elétrica e de água, reparação dos soalhos, paredes, louças dos sanitários, armários de cozinha e pinturas.

As obras de conservação e reparação realizadas ao longo do ano assumiram um gasto global aproximado de cento e quatro mil euros, tendo sido como habitualmente realizadas com todo o rigor e respeito pelos escassos recursos da Fundação. Nunca é de mais salientar o esforço financeiro que representa para a Fundação a recuperação integral de cada habitação, despesa que na maioria dos casos irá representar o equivalente a uma média de cinco anos da futura renda que vier a ser praticada nessa habitação. Tal encargo irá seguramente ser agravado tendo em conta as perspetivas inflacionistas que se avizinham.

3 – Contas do exercício

Em 2021, a Fundação teve um resultado líquido do exercício positivo de € 28.304,30 (vinte e oito mil trezentos e quatro euros e trinta cêntimos).



Balanço em 31 de Dezembro de 2021 e 2020**Fundação dos Armazenistas de Mercearia**

		BALANÇO	
Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	2 298,46	2 298,46
		2 298,46	2 298,46
Ativo corrente:			
Créditos a receber	7	9 212,86	8 060,25
Estado e outros entes públicos	6	7 858,76	-
Diferimentos	8	7 808,82	7 808,82
Caixa e depósitos bancários	9	228 967,08	202 997,79
		253 847,52	218 866,86
Total do Ativo		256 145,98	221 165,32
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	10	25 540,90	25 540,90
Resultados transitados	10	186 603,97	249 220,97
Resultado líquido do período	10	28 304,30	(62 617,00)
Total dos Fundos Patrimoniais		240 449,17	212 144,87
PASSIVO:			
Passivo corrente:			
Fornecedores	11	535,60	-
Estado e outros entes públicos	6	830,00	792,50
Outros passivos correntes	12	14 331,21	8 227,95
Total do Passivo		15 696,81	9 020,45
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		256 145,98	221 165,32

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

Fundação dos Armazenistas de Mercearia DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Fornecimentos e serviços externos	13	(34 393,70)	(33 107,92)
Outros rendimentos	14	214 057,10	186 642,37
Outros gastos	15	(151 359,10)	(216 151,45)
Resultado antes de depreciações, gastos financiamento e impostos		28 304,30	(62 617,00)
Resultado operacional (antes gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		28 304,30	(62 617,00)
Resultado antes de impostos (EBT)		28 304,30	(62 617,00)
Resultado líquido do período		28 304,30	(62 617,00)

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

Fundação dos Armazenistas de Mercearia

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		202 941,50	176 239,71
Pagamentos a fornecedores		(147 770,01)	(209 137,61)
Caixa gerada pelas operações		55 171,49	(32 897,90)
Outros recebimentos/pagamentos		(29 277,20)	(33 569,26)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		25 894,29	(66 467,16)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		75,00	100,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		75,00	100,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		25 969,29	(66 367,16)
Efeito das diferenças de câmbio		+/-	+/-
Caixa e seus equivalentes no início do período		202 997,79	269 364,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9	228 967,08	202 997,79

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Fundação dos Armazenistas de Mercearia, com sede na Av. da liberdade, nº166-2, 1250-146 Lisboa, é uma fundação de solidariedade social que foi criada pelo extinto Grémio dos Armazenistas de Mercearia em 16 de Março de 1959. Tem por objeto a solidariedade social relativamente à população em geral e em particular, a pessoas ligadas à distribuição de produtos alimentares e à Associação dos Distribuidores de Produtos Alimentares (ADIPA), entidade que sucedeu ao extinto Grémio dos Armazenistas de Mercearia.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, artigo 1º, nº2, de 9 de Março e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Fundação na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Fundação continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 13 e 16) e “Diferimentos” (Nota 12).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade está dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Fundação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de forma consistente ao longo do tempo e em toda a Fundação. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, impostos pagos e não restituíveis, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Fundação espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Fundação tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, tendo sido adotado o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>Vida útil estimada (anos)</u>
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento administrativo	3 a 8

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo as que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Fundação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os bens encontram-se anualmente sujeitos a um teste de imparidade e a uma amortização. Estas amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos respetivos ativos, sendo de 3 anos no caso dos programas de computador.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

Os donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros são registados quando são recebidas.

As quotas são registadas em ativo independentemente da data do seu recebimento (nota 10).

Clientes, utentes e outras contas a receber

Os “Clientes e utentes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Fundação ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados atribuídos pelo governo, fundadores ou outras entidades.

3.2.5. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (nas atividades sujeitas), abatimentos e descontos.

A Fundação reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e quando seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a um serviço prestado estejam substancialmente resolvidas. A Fundação baseia as suas estimativas em resultados históricos, na natureza do serviço e na especificidade de cada acordo.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante aplicado e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.6. Provisões

Periodicamente a Fundação analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Fundação reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Fundação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Fundação. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “(...)
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) (...)”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele*

em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Desta forma, toda a atividade da Fundação encontra-se isenta de IRC. Eventual imposto sobre o rendimento a pagar refere-se a tributações autónomas nos termos do n.º 2 do art.º 88 do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Fundação dos anos de 2017 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.8. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Fundação são apresentadas em Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2.9. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram alterações nas políticas ou estimativas contabilísticas, nem foram detetados quaisquer erros.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos nos ativos fixos tangíveis ocorridos durante os exercícios de 2021 e 2020, bem como as depreciações e amortizações registadas, resumem-se no quadro em baixo:

	31/12/2021				
	Saldo em 01-01-2021	Aquisições / Dotações	Depreciações	Transferência	Saldo em 31-12-2021
Custo					
Terrenos e recursos naturais	2 298,46	-	-	-	2 298,46
Edifícios e outras construções	6 895,38	-	-	-	6 895,38
Total	9 193,84	-	-	-	9 193,84
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	(6 895,38)	-	-	-	(6 895,38)
Total	(6 895,38)	-	-	-	(6 895,38)
Total Líquido	2 298,46	-	-	-	2 298,46

	31/12/2020				
	Saldo em 01-01-2020	Aquisições / Dotações	Depreciações	Transferências	Saldo em 31-12-2020
Custo					
Terrenos e recursos naturais	2 298,46	-	-	-	2 298,46
Edifícios e outras construções	6 895,38	-	-	-	6 895,38
Total	9 193,84	-	-	-	9 193,84
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(6 895,38)	-	-	-	(6 895,38)
Total	(6 895,38)	-	-	-	(6 895,38)
Total Líquido	2 298,46	-	-	-	2 298,46

6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7 858,76	-
Total	7 858,76	-
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimentos	830,00	792,50
Total	830,00	792,50

7. Créditos a receber

A rubrica tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Outros créditos a receber		-
Clientes	9 212,86	-
Outros devedores	-	8 060,25
Total	9 212,86	8 060,25

8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Gastos a reconhecer		
Seguros	7 808,82	7 808,82
Total	7 808,82	7 808,82

9. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	250,00	1 819,88
Depósitos à ordem	58 717,08	31 177,91
Depósitos a prazo	170 000,00	170 000,00
Total	228 967,08	202 997,79

10. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	31 de Dezembro de 2021			Saldo em 31-12-2021
	Saldo em 01-01-2021	Aumentos	Diminuições	
Fundos	25 540,90	-	-	25 540,90
Resultados transitados	249 220,97	-	(62 617,00)	186 603,97
Resultado do Exercício	(62 617,00)	28 304,30	62 617,00	28 304,30
Total	212 144,87	28 304,30	-	240 449,17

11. Fornecedores

A rubrica "Fornecedores" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Fornecedores c/c		535,60	-	-
Total	-	535,60	-	-

12. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de clientes	-	35,18
Outros acréscimos de gastos	-	530,45
Outros credores	14 331,21	7 662,32
Total	14 331,21	8 227,95

13. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Trabalhos especializados	3 507,65	4 132,80
Publicidade e propaganda	-	235,79
Honorários	21 345,77	18 150,00
Serviços bancários	364,8	225,10
Materiais	6,00	7,50
Eletricidade	983,43	762,50
Deslocações, estadas e transportes	118,90	203,10
Comunicação	258,33	154,31
Seguros	7 808,82	7 808,82
Contencioso e notariado	-	1 428,00
Total	34 393,70	33 107,92

14. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Outros rendimentos	213 982,10	184 795,77
Juros e rendimentos similares obtidos	75,00	100,00
Correções relativas a períodos anteriores	-	1 746,60
Total	214 057,10	186 642,37

15. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Taxas	443,42	35,42
Outros Gastos e Perdas:		
Donativos	46 467,78	48 119,60
Quotizações	110,00	110,00
Conser. Rep. Imóveis	104 337,90	167 736,42
Outros	-	150,01
Total	151 359,10	216 151,45

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulado.

17. Acontecimentos após data de Balanço

À data de conclusão deste relatório, e derivado das atuais circunstâncias, o Conselho de Administração encontra-se a acompanhar, de forma atenta o desenrolar da atual situação de conflito na Ucrânia e as suas possíveis repercussões na economia a nível nacional e mundial, que, nesta data, ainda não são possíveis antecipar com fiabilidade. Este efeito poderá vir a ter impacto sobre a atividade da Entidade, dependendo da evolução que esta situação venha a ter no futuro.

Não ocorreram quaisquer factos relevantes após o termo do exercício. Salientamos, porém, que à data de encerramento de contas, o risco associado à pandemia do COVID-19 continua a existir não se prevendo impactos relevantes na atividade operacional.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em março de 2022.

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Fundação dos Armazenistas de Mercearia, em cumprimento dos seus deveres estatutários acompanhou ao longo do ano de dois mil e vinte e um o desenvolvimento da ação do Conselho Executivo que lhe merece a sua total aprovação e na sequência do qual emitiu o seguinte parecer:

- O Relatório de Gestão de dois mil e vinte e um apresentado merece total aprovação;

- As Contas do Exercício de dois mil e vinte e um que lhe foram apresentadas, merecem igualmente total aprovação.

O Conselho Fiscal entende ainda, ser seu dever manifestar uma palavra de reconhecimento e apreço pelo empenho, zelo e rigor com que os membros do Conselho Executivo vêm gerindo a Fundação dos Armazenistas de Mercearia permitindo dessa forma que esta prossiga o desenvolvimento da sua muito meritória ação no campo da solidariedade social.

Lisboa, 03 de Maio de 2022

4 - Reuniões dos Corpos Gerentes

No decorrer do ano de 2021, os Órgãos Sociais da FAM reuniram-se dentro dos condicionamentos ainda provocados pela pandemia COVID 19, realizando-se para o efeito as reuniões do Conselho de Administração; Conselho Executivo e Conselho Fiscal estritamente necessárias e com recurso nomeadamente a meios telemáticos.

Estas reuniões foram realizadas no espírito habitual da maior colaboração proporcionando desta forma um acompanhamento pleno e rigoroso de todos os assuntos tratados no âmbito do desenvolvimento da atividade.

É ainda de realçar que os membros pertencentes aos Órgãos Sociais da FAM - Conselho de Administração, Conselho Executivo e Conselho Fiscal - não auferem qualquer tipo de remuneração (de natureza pecuniária ou qualquer outra), prática que vem sendo mantida ao longo dos anos, desde que a Fundação foi constituída em 1959.

5 – Nota Final

O Conselho de Administração da FAM manifesta uma palavra de agradecimento e apreço pelo apoio que, no decorrer do ano de 2021, recebeu da Direção da ADIPA e do Conselho Coordenador que considera terem sido fundamentais para o êxito da ação desenvolvida durante o ano.

Lisboa, de Março de 2022